

**Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual
no âmbito do 1º Grau do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região****ATA DE REUNIÃO**

DATA	LOCAL	HORÁRIO
18 de junho de 2021	Plataforma <i>Google Meet</i> - Videoconferência	início às 14h

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ATA

Nº da Ata	01
Nome da Demanda	1ª Reunião da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual do Foro de 1º Grau, instituída pela Portaria GP 45/2020, atualizada pela Portaria GP nº 54/2021

2 - PARTICIPANTES

Juíza Patrícia Maeda	magistrada indicada pela Direção do Foro, Presidente da Comissão do Foro de 1º Grau
Juíza Camila Moura de Carvalho	magistrada eleita em votação direta entre os magistrados de 1º Grau, a partir de lista de inscrição
Juíza Milena Casacio Ferreira Beraldo	magistrada indicada pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região - Amatra XV
Jovane Coelho Ventura	servidor indicado pela Direção do Foro
Andréa Azevedo	servidora indicada pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região - Sindiquinze
Eliane Capelari Anselmo	servidora eleita em votação direta entre os servidores do quadro do interior do estado, a partir de lista de inscrição

**Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual
no âmbito do 1º Grau do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**

Procurador Aparício Querino Salomão	representante do Ministério Público do Trabalho
Janaína de Lourdes Rodrigues Martin	representante da Ordem dos Advogados do Brasil
Paula Toniatti	Secretária de Gestão de Pessoas
Sérgio de Oliveira Cordeiro	Secretário de Saúde
Iara Cristina Gomes	Assessora de Gestão Estratégica

Justificada a ausência da servidora Lara de Paula Jorge, Assessora da Escola Judicial, em férias.

Secretariou a reunião a servidora Juliana Hauptmann Borelli Thomaz, Assistente da Secretaria de Gestão de Pessoas.

3 - PAUTA DA REUNIÃO

- Reflexões sobre as provocações trazidas pelos palestrantes no evento realizado no dia 14/6/2021 - “Gestão ou Humilhação. Uma reflexão contemporânea sobre o assédio no trabalho.”;
- Divulgação da Comissão de 1º Grau;
- Possibilidade de um mapeamento no 1º Grau desde já, a partir de aplicação de questionário de clima organizacional;
- Estratégias de comunicação para a conscientização sobre o tema;
- Deliberação sobre o rito procedimental apresentado pela Comissão de 2º Grau.

4 - DETALHAMENTO DOS ASSUNTOS ABORDADOS

A Exma. Juíza Patrícia Maeda saudou a todos e deu boas-vindas à servidora Eliane, eleita como representante dos servidores de 1º Grau e designada para compor a Comissão no âmbito do 1º Grau em substituição ao servidor Wagner Waldir Leite, no que foi acompanhada pelos demais.

Antes de dar início à deliberação dos assuntos pautados, a Exma. Juíza Patrícia Maeda indagou a Dra. Janaína de Lourdes Rodrigues Martin sobre contato da OAB acerca do tema Justiça Restaurativa.

A Dra. Janaína, salientando a necessidade de preparo técnico para aqueles que

Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual no âmbito do 1º Grau do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

desenvolverem o trabalho na área, informou que entrará em contato com colegas que trabalham nessa área.

Na sequência, o Exmo. Procurador do Trabalho Aparício Querino Salomão indicou o nome do Desembargador Leoberto Brancher, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que se dedica ao tema Justiça Restaurativa.

Em prosseguimento, foram colocadas em deliberação reflexões sobre a divulgação do trabalho da Comissão de 1º Grau, bem como sobre a forma mais efetiva de comunicação e conscientização quanto aos conceitos atinentes às questões de assédio, a fim de se alcançar as unidades de 1º Grau, considerando a extensão territorial do TRT-15, seguindo-se manifestações dos membros presentes.

O Exmo. Procurador do Trabalho Aparício Querino Salomão compartilhou a experiência do Ministério Público quanto à atuação da Comissão naquele Órgão.

Os servidores Eliane e Jovane destacaram a existência dos grupos de discussão de whatsapp, de Diretores, Secretários de Audiência, Calculistas etc.

A Exma. Juíza Patrícia Maeda enfatizou a importância de se pensar em termos organizacionais e não só individuais e propôs a elaboração de cards com a letra da lei, com os conceitos da Resolução CNJ 351 como forma de divulgação pelo e-mail da Comissão.

A Senhora Secretária de Gestão de Pessoas, Paula Toniatti, destacou a necessidade de aprovação da Presidência para divulgação das comunicações institucionais.

A servidora Andréia Azevedo sugeriu a divulgação pelo e-mail institucional, como tem feito a Escola Judicial, mas também destacou a importância de se pensar em como alcançar os terceirizados e o público em geral .

A Assessora de Gestão Estratégica, Iara Cristina Gomes, informou que no *site* do Tribunal, por exigência do CNJ, são divulgadas as atas das reuniões dos Comitês e Comissões (aba transparência). Em complemento, ratificou a colocação da Paula Toniatti sobre a necessidade de aprovação da Presidência para as comunicações e publicações, e destacou a cautela em relação aos direitos autorais quanto ao uso de imagens, anotando que a Coordenadoria de Comunicação Social possui um banco de imagens.

A Exma. Juíza Patrícia Maeda destacou a importância de parcerias com Amatra XV, Sindiquinze, OAB e MPT.

A Comissão aprovou encaminhar essa proposta de confecção da arte para a Amatra XV

Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual no âmbito do 1º Grau do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

e, após aprovados pela Comissão, submeter para aprovação da Presidência a divulgação.

A Exma. Juíza Patrícia Maeda solicitou para a Exma. Juíza Milena Casacio Ferreira Beraldo encaminhe essa proposta de confecção de cards para a Amatra XV.

O Senhor Secretário de Saúde, Sérgio de Oliveira Cordeiro, discorreu sobre o cronograma pensado pela Secretaria de Saúde quanto ao trabalho a ser desenvolvido como piloto nas Secretarias de Turma, após a publicação da Resolução Administrativa que institui a política de prevenção e combate ao assédio no TRT -15. Complementou informando sobre os recursos de comunicação, com a possibilidade de uso de lista de transmissão do whatsapp e sobre a importância de a Comissão ir até as pessoas, destacando o acolhimento. Também informou sobre a importância de conscientizar as pessoas que eventualmente se encontrem em situações de adoecimento se comunicarem, destacando a atuação da Secretaria de Saúde no acolhimento de servidores e também sobre o papel dos gestores de contratos e da Secretaria da Administração quando o assunto envolver terceirizados, sob a competência da Diretoria-Geral.

- **Deliberação quanto ao rito aprovado pela Comissão de 2º Grau**

Foi compartilhado o rito aprovado pela Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio no âmbito do 2º Grau, apresentado pela Exma. Desembargadora Luciane Storel na reunião conjunta das Comissões de 1º e 2º Graus, realizada no dia 17/6/2021:

1. recebimento do relatório da notícia;
2. eleição do(a) relator(a) e assistente responsáveis pelo caso noticiado;
3. designação de entrevistas com as partes envolvidas pelo(a) relator(a) e assistente;
4. oitiva das partes envolvidas pelo(a) relator(a) e assistente, com a faculdade de que a entrevista poderá ser reduzida a termo, se as partes manifestarem interesse;
5. encaminhamento do documento por e-mail ou pelo canal que a pessoa optar para que as partes ouvidas forneçam o aceite em relação à redação, se o caso;
6. apresentação do relato das entrevistas para a Comissão, que fará a conclusão a respeito da reclamação noticiada para os encaminhamentos pertinentes.

Após os participantes apresentarem diversas considerações e ponderações sobre o procedimento, com destaque para a importância do acolhimento da suposta vítima pela Comissão, os membros deliberaram em um primeiro momento fazer o acolhimento, através de uma conversa, mantendo a faculdade de reduzir a termo, e num segundo momento, se necessário, colher dados e informações através de depoimento.

**Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual
no âmbito do 1º Grau do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**

A Exma. Juíza Camila Moura de Carvalho indagou sobre o tratamento dado à reclamação apresentada pelo servidor Wagner Waldir Leite. O Senhor Secretário de Saúde, Sérgio Cordeiro esclareceu que o servidor Wagner, após instado, informou que não queria formalizar a reclamação.

A servidora Andréa Azevedo destacou a importância do curso de Comunicação não Violenta para gestores e servidores.

A Exma. Juíza Patrícia Maeda sugeriu, com a concordância dos presentes, encaminhar proposta para a Administração para que haja nova divulgação do curso “Gestão de conflitos com ênfase na comunicação não violenta”, com o apoio da Comissão para que os gestores envidem esforços para participarem.

A Exma. Juíza Patrícia Maeda agradeceu a participação e a dedicação de todos e encerrou a videoconferência.

5 – APROVAÇÃO DA ATA

Divulgada por e-mail em	Data	29/6/2021
Considerada aprovada em	Data	1º/7/2021